

# ÉTICA A NICÔMACO: UM CARÁTER ESTABELECIDO É PASSÍVEL DE MUDANÇA?

## NICOMACHEAN ETHICS: IS AN ESTABLISHED CHARACTER LIABLE TO CHANGE?

JEAN RODRIGUES SIQUEIRA\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar uma interpretação de uma pequena passagem da *Ética a Nicômaco* III, 5, 1114a, 10-25, de Aristóteles. Segundo alguns comentadores, nessa passagem Aristóteles afirma a tese de que um caráter estabelecido não pode ser revertido. Defenderemos que essa interpretação é equivocada e que a argumentação pretende apenas mostrar que qualquer mudança em um caráter estabelecido exige esforços que vão além do simples desejo do indivíduo.

**Palavras-chave:** Ética; caráter; desejo.

**Abstract:** The aim of this paper is to present an interpretation of a short passage 5 of Aristotle's *Nicomachean Ethics*, III 5, 1114a 10-25. According to some commentators, in this passage Aristotle states the thesis that an already established character cannot be reversed. We contend that this is a misinterpretation, and that the point of argumentation is only to show that any change in an established character demands efforts that go beyond the mere desire of an individual.

**Key-words:** Ethic; character; desire.

### I

No início do capítulo 5 do terceiro livro da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles afirma que a virtude e o vício são adquiridos voluntariamente e que, conseqüentemente, todo homem é responsável pelo caráter que possui:

(...) depende de nós praticar atos nobres ou vis, e se é isso que se entende por ser bom ou mau, então depende de nós sermos virtuosos ou viciosos. (1113 b 10-15)<sup>1</sup>

Um pouco mais adiante, Aristóteles chama de insensato o homem que desconhece que são suas ações que constituem as disposições de caráter, enfatizando em seguida que aqueles que praticam ações injustas ou intemperantes desejam

---

\* Jean R. Siqueira é mestrando e bolsista CNPq na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. E-mail: jeansiq@hotmail.com

<sup>1</sup> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril cultural, 1ª ed., 1973 (Col. "Os pensadores"), 1113 b 10-15.

tornar-se injustos ou intemperantes (salvo aqueles que praticam tais ações por ignorância). É nesse ponto do texto, isto é, no contexto de sua afirmação da tese da voluntariedade do caráter, que surge uma passagem (a qual chamarei, por comodidade de referência, de P) que, acredito, requer uma leitura mais atenta e cuidadosa. Haja vista a importância da mesma para o propósito deste trabalho, cito-a na íntegra:

Mas quando, sem ser ignorante, um homem faz coisas que o tornarão injusto, ele será injusto voluntariamente. Daí não se segue, porém, que, se assim desejar, deixará de ser injusto e se tornará justo. Porque tampouco o que está enfermo se cura nessas condições. Podemos supor o caso de um homem que seja enfermo voluntariamente, por viver na incontinência e desobedecer aos seus médicos. Nesse caso, a princípio dependia dele o não ser doente, mas agora que não sucede assim, porquanto virou as costas à sua oportunidade – tal como para quem arremessou uma pedra já não é possível recuperá-la; e contudo estava em seu poder o não arremessar, visto que o princípio motor se encontrava nele. O mesmo sucede com o injusto e o intemperante: a princípio dependia deles não se tornarem homens dessa espécie, de modo que é por sua vontade que são injustos e intemperantes; e “agora que se tornaram tais, não lhes é possível ser diferentes”. (1114 a 10-25; aspas minhas)

Como interpretar o que está sendo dito por Aristóteles nessa passagem?

Poderíamos, num primeiro momento, interpretá-lo como se estivesse dizendo que um homem cujas ações o tornassem injusto jamais poderia abandonar tal condição. As últimas palavras de Aristóteles, destacadas acima, de fato parecem dar grande suporte para tal leitura. Além disso, certamente não faríamos tal interpretação sozinhos: Reale/Antiseri (1990) em sua *História da Filosofia* lêem P da seguinte forma:

[Aristóteles] não explicou como e porque o homem se torna virtuoso. Assim, não é de surpreender o fato de que Aristóteles chegue a sustentar que, uma vez que o homem torna-se vicioso, não pode mais deixar de sê-lo. (p. 207)

Ainda que o professor Giovanni Reale também seja autor de uma *História da Filosofia Antiga* e autor de diversos artigos sobre a filosofia na antiguidade, assim como o co-autor de sua *História da Filosofia*, o professor Dario Antiseri, poder-se-ia desmerecer sua interpretação sob a alegação de superficialidade, algo que dificilmente as histórias da filosofia conseguem superar. Contudo, também poderíamos encontrar a mesma leitura em textos mais pontuais e especializados; Curren (1989), por exemplo, em seu artigo *The contribution of Nicomachean Ethics III 5 to Aristotle's theory of responsibility* afirma:

(...) a observação de Aristóteles de que o caráter vicioso não pode ser revertido quando firmado, também pode ser vista como uma evidência de que ele acredita que o caráter torna-se permanente uma vez que tenha sido estabelecido (...) se as indicações em III 5 são de que ele acredita que é impossível reconstruir o caráter já arruinado, ele não demonstra nenhum sinal de que a virtude seja irreversível. (p. 272)

Vemos, portanto, que poderíamos respaldar a interpretação que acima fizemos de P em, pelo menos, dois estudos dignos de consideração. Mas será que essa leitura realmente nos revela a verdadeira posição de Aristóteles?

Se consultarmos outros comentadores, veremos que, de uma forma geral, há certa negligência no que diz respeito à posição defendida por Aristóteles em P: Mosterín (1984) e Brehier (1942), diferentemente de Reale/Antiseri, não a mencionam em suas obras de história da filosofia; Hutchinson (2000) apenas toca na questão, sem examiná-la mais detidamente e sem explicitar o problema de interpretação ao qual P está sujeita:

Ainda que eu não possa ser um tipo de homem diferente “simplesmente por decidir ser assim”, continuo responsável por ter encorajado a mim mesmo a me tornar o tipo de homem que me tornei; assim como não posso parar a pedra uma vez que a tenha atirado contra você, embora permaneça responsável por tê-la atirado. (p. 210; aspas minhas)

Fica claro, contudo, que sua interpretação não é a mesma sustentada por Reale/Antiseri e Curren. O mesmo pode ser dito a respeito da leitura de Ross (1987):

(...) uma vez estabelecido o caráter, não pode ser alterado “segundo a vontade”. (p. 207; aspas minhas)

Mas se, por um lado, Hutchinson e Ross não se aprofundam na questão, por outro, ambos deixam entrever uma outra possibilidade de leitura: talvez Aristóteles não esteja afirmando que o caráter, uma vez estabelecido, não possa nunca mais ser alterado, mas sim que ele não pode ser transformado “apenas pelo desejo do indivíduo de que tal transformação se opere”. Torna-se necessário, então, empreender uma leitura mais acurada de P, se quisermos chegar a uma conclusão a respeito de qual é a intenção de Aristóteles ao caracterizar de maneira similar o homem que se torna injusto ou intemperante, e o homem que adoece voluntariamente e aquele que arremessa uma pedra que não poderá mais recuperar.

É o objetivo deste trabalho, portanto, tentar esclarecer qual o papel desempenhado por P na argumentação de Aristóteles, dando atenção especial para a função que as duas analogias – a do homem enfermo e a da pedra arremessada – exercem dentro do texto do capítulo 5, livro III. Contraoendo-me à interpretação de Reale/Antiseri e Curren, e seguindo a pista deixada por Hutchinson e Ross, procurarei mostrar que Aristóteles não está comprometido com a tese da inalterabilidade do caráter estabelecido e que, conseqüentemente, é possível ao homem que adquiriu um caráter vicioso modificá-lo e tornar-se virtuoso.

A primeira analogia é introduzida da seguinte maneira: “Daí não se segue que [aquele que se tornou injusto], ‘se assim desejar’, deixará de ser injusto e se tornará justo. Porque tampouco o que está enfermo se cura nessas condições” (aspas minhas). Se atentamos para o que Aristóteles está afirmando nessas duas frases não podemos deixar de constatar que o que o filósofo está querendo dizer é algo bastante óbvio. Consideremos alguém que é acometido por uma febre. É certo que tal pessoa não recuperará a condição de saúde “simplesmente por querer” que sua febre passe, senão que, para que isso aconteça, terá que permanecer em repouso, alimentar-se de forma adequada, tomar algum medicamento caso seja necessário, ou seja, terá que esperar que sua febre seja vencida por esses cuidados; ou ainda, que desapareça naturalmente, o que poderá levar um período de tempo ainda maior. Seja como for, o fato é que a febre não findará mediante um simples ato da vontade, mediante um simples desejo. Algo semelhante ocorre com o caráter: alguém que se torna injusto mediante a prática recorrente de ações injustas não poderá, de uma hora para a outra, deixar de ser injusto em suas ações simplesmente por não desejar mais agir injustamente; agir injustamente é para tal pessoa um hábito, algo que já se enraizou em sua natureza e que, por isso mesmo, não pode ser abandonado por um simples querer. Assim, o que Aristóteles pretende ressaltar com a analogia é que a modificação do caráter não pode ser operada com facilidade, pois da mesma forma que o homem doente precisa de cuidados especiais e de um lento e trabalhoso processo de recuperação, o homem que possui um caráter vicioso também precisa se submeter a um processo de transformação paulatino e intrincado. Vemos, portanto, que a analogia em questão está apenas afirmando a dificuldade de que a transição do caráter vicioso para o caráter virtuoso se opere, e não que tal transição seja impossível, como sugerem as leituras de Curren e Reale/Antiseri.

A segunda analogia ocupa o restante de P, tendo início com o exemplo do homem que se torna enfermo voluntariamente. Essa analogia, diferentemente da anterior, é composta de três termos e não apenas de dois. Veremos logo a seguir que essa diferença não é desprezível. Os termos que a compõem são, por um lado, o homem que adoce por viver na incontinência e negligenciar os cuidados médicos e, por outro, o homem de caráter vicioso (seja injusto, seja intemperante), referidos entre si por meio de um terceiro, a saber, o da pedra que é arremessada. A analogia permite concluir, então, que a situação descrita pela imagem da pedra arremessada é a mesma em que se encontra o homem que adoce voluntariamente e o homem que se torna vicioso. Da mesma maneira que aquele que adoce por negligência poderia não ter

adoecido, caso estivesse atento às recomendações de seus médicos, também aquele que se tornou injusto poderia não ter-se tornado, assim como aquele que atirou a pedra poderia não tê-la atirado; tanto para um como para os outros estava aberta a possibilidade de efetuar ou não a ação que levaria ao adoecimento, por parte do primeiro, à disposição a agir injustamente, ao segundo, ou à perda da pedra, por parte do terceiro. O “princípio motor” da ação, diz Aristóteles, encontrava-se em cada um, isto é, estava no poder de todos eles agir de forma diferente da que agiram.

Com base nessas observações, poderia ser levantada a seguinte objeção à interpretação de P aqui proposta: como poderia Aristóteles não estar afirmando a tese da irreversibilidade do caráter estabelecido se, ao recorrer à imagem da pedra arremessada como um elo entre os demais termos da analogia, ele chama a atenção justamente para o momento da ação, momento este que de fato não pode retornar? Creio que essa objeção pode ser contornada de duas formas distintas: a primeira seria retirar a ênfase dada ao momento do arremesso da pedra e considerar com atenção o que está presente na imagem contida no trecho que a afirma; a segunda seria levar em conta a própria estrutura da analogia em questão. Quanto ao primeiro ponto, certamente concordaríamos que o momento da ação não pode retornar mais. Contudo, se visualizarmos/imaginarmos a cena descrita nessa analogia, podemos facilmente aceitar que uma pedra arremessada pode, talvez com alguma dificuldade, ser recuperada, bastando para isso que aquele que a arremessou caminhe em direção ao ponto em que a pedra foi lançada e a procure. Não há nada no que é dito por Aristóteles que indique que não possa ser assim. Portanto, se por um lado é verdade que o momento do arremesso não pode retornar, por outro também é verdade que a pedra arremessada pode ser recuperada em qualquer momento posterior. Logo, a imagem evocada não leva, em seu aspecto mais geral, à idéia de irreversibilidade. Quanto ao segundo ponto, há pouco afirmei que entre a segunda e a primeira analogia havia uma importante diferença, a saber, que a segunda analogia remetia a imagem do homem enfermo à do homem vicioso por meio de uma terceira imagem – a da pedra arremessada – e não diretamente como ocorria na apresentação da primeira analogia. Esse detalhe deve ser considerado para que a objeção levantada acima seja superada sem hesitação. Pensemos no primeiro termo da segunda analogia, no caso do homem que adocece por agir de forma irresponsável e negligente. Seria plausível se afirmássemos que tal homem não poderia mais reaver a condição de saúde que possuía anteriormente ao seu estado atual de enfermidade? É certo que se poderia tentar encontrar plausibilidade nessa afirmação dizendo que o homem em questão poderia vir a falecer, ou então que a doença que o afligira pudesse ser incurável. Todavia, esse tipo de argumentação seria bastante estéril, já que Aristóteles não dá a menor indicação de que o homem utilizado como exemplo nas analogias de P possa ter sido

acometido por algum mal dessa natureza. Não poderíamos, portanto, razoavelmente afirmar que um homem doente não poderia vir a recuperar sua saúde. Ora, se a imagem da pedra arremessada remete diretamente a essa imagem do homem enfermo, como negar que a possibilidade de reversão presente nesta situação, conforme mostrou o exame da primeira analogia, não esteja presente naquela? E estando presente no terceiro termo da analogia, como poderíamos, por sua vez, negar que a possibilidade de reversão também estivesse presente no segundo, o do homem injusto? Afirmar a impossibilidade de reversão seria o mesmo que negar o caráter analógico de P, uma vez que um componente essencial de uma parte não estaria presente na outra. Logo, também na segunda analogia não está implicada nenhuma afirmação de que o caráter adquirido seja irreversível. Vimos que o procedimento analógico adotado por Aristóteles em P, mais uma vez nos leva a lê-lo como afirmando que a reversão de uma disposição viciosa do caráter é possível, ainda que para tanto seja necessário um esforço que vai bem além do mero desejo do indivíduo.

Mas se em P Aristóteles não está afirmando a tese da irreversibilidade do caráter, o que ele está fazendo então? Conforme já foi apontado, P vem logo após Aristóteles ter afirmado que o caráter é adquirido voluntariamente e que depende de cada indivíduo ser virtuoso ou não, uma vez que é do conhecimento de todos – assim pressupõe Aristóteles – que são as ações que constituem o caráter. Contudo, é importante observar que ao afirmar que o caráter é uma disposição voluntária, isto é, que aqueles que possuem determinado tipo de caráter o possuem justamente porque assim quiseram, Aristóteles não está de forma alguma dizendo que um homem pode, a qualquer momento de sua vida, adquirir um caráter virtuoso simplesmente por querer ser virtuoso. Dito de outra forma, não está implicado na tese aristotélica de que o caráter é adquirido voluntariamente que uma pessoa possa se tornar de um determinado tipo simplesmente por desejar que tal modificação ocorra. O caráter não é algo que se forma (ou que se transforma) num passe de mágica, senão que exige um longo processo de maturação. É exatamente para evitar que sua tese da voluntariedade do caráter seja interpretada dessa forma simplista (que confunde as noções de escolha e desejo)<sup>2</sup> que Aristóteles lança mão das analogias contidas em P.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> No segundo capítulo do livro III, ao passar ao exame da escolha, Aristóteles vai distingui-la claramente do desejo, mostrando que, diferentemente deste, a escolha envolve um princípio racional. É justamente essa racionalidade da escolha que faz com que uma ação seja voluntária. Dizer, então, que são as ações que um homem pratica voluntariamente que constituem seu caráter é o mesmo que dizer que são suas escolhas que o tornam virtuoso ou vicioso.

<sup>3</sup> Basta lembrar como Aristóteles introduz a primeira analogia de P: “Daí [ou seja, da tese da voluntariedade do caráter] não se segue que [aquele que se tornou injusto], se assim desejar, deixará de ser injusto e se tornará justo”.

Não obstante a interpretação de P aqui defendida, o leitor de Aristóteles ainda poderia ser tentado a colocar em questão se o filósofo não está realmente afirmando a impossibilidade da reversão do caráter estabelecido. As últimas palavras de P certamente poderiam servir como um último refúgio para todos aqueles que, como Curren e Reale/Antiseri, por exemplo, sustentassem tal leitura. Ora, diriam eles, parece muito claro que ao observar que “agora que [o homem justo e o homem intemperante] se tornaram tais, não lhes é possível ser diferentes”, logo após as duas analogias Aristóteles está afirmando a tese da inalterabilidade do caráter estabelecido. Afirmar o contrário seria negar o que não pode ser negado, não querer ver o que está explícito. Sendo assim, continuariam, seria muito mais coerente ler a analogia do homem enfermo e a da pedra arremessada como uma preparação para esse arremate final; lê-las como afirmando a possibilidade de reforma do caráter seria criar uma contradição em P. A fim de dissipar o engano levantado por essa objeção e reforçar a interpretação que estou aqui defendendo é preciso, então, apresentar uma alternativa de leitura para as últimas palavras de Aristóteles em P. A tarefa não é tão ingrata quanto parece, uma vez que sob a aparência da contradição podemos encontrar um outro sentido absolutamente coerente com a posição aqui advogada, o qual precisa apenas ser trazido à superfície para ser admitido como o mais adequado. O que Aristóteles está afirmando nas últimas palavras de P afinal? Ao homem cujo caráter tornou-se vicioso, diz ele, não é possível ser diferente. Aristóteles não afirma nada além disso. Quer dizer, ele não está afirmando que o homem que adquiriu uma disposição de caráter viciosa não possa modificá-la jamais, mas apenas que agora que tal homem possui um caráter vicioso suas ações só poderão ser viciosas: se um homem se torna injusto, suas ações necessariamente serão injustas, assim como o homem que se tornou intemperante só agirá na intemperança. É por isso que Aristóteles diz que a esse homem cujo caráter é vicioso não é possível ser diferente, pois ninguém pode não ser aquilo que se é (ainda que possa se tornar aquilo que não é). Para ilustrar melhor esse ponto, retomemos, uma vez mais, o exemplo do homem enfermo: todas as ações que esse homem viesse a praticar seriam ações de um homem doente – se ele sorrisse, seu sorriso seria o de um homem doente; se ele se deitasse, seria um homem doente que estaria se deitando. Estando doente, é impossível para esse homem ser de outro modo enquanto não abandonar esse estado de enfermidade. Da mesma forma, o homem vicioso só poderá ser diferente do que é quando conseguir abandonar esse estado de vício. Um homem vicioso é, portanto, como um homem doente: enquanto for/estiver vicioso/doente, não lhe será possível

ser diferente. Isso, além de óbvio, já havia sido indicado desde a primeira analogia de P. Assim, interpretar Aristóteles como afirmando em P a impossibilidade de reversão do caráter é que seria fechar os olhos para o que de fato está sendo afirmado. Conforme já foi dito, Aristóteles está apenas querendo evitar que suas teses a respeito do caráter sejam interpretadas equivocadamente, antecipando em P uma dessas interpretações.

#### IV

Ao longo deste trabalho procurei mostrar que a leitura de P empreendida por Reale/Antiseri e Curren, ao privilegiar o que é dito na sua última frase (“e agora que se tornaram tais, não lhes é possível ser diferentes”), negligencia o papel das analogias lá contidas, caindo assim exatamente no erro interpretativo que Aristóteles pretendia evitar ao inclui-las na argumentação do quinto capítulo do livro III da *Ética a Nicômaco*.

Gostaria de fornecer agora, a título de conclusão, mais uma evidência para corroborar a leitura de P aqui apresentada. Acredito que caso ainda exista alguma dúvida a respeito da posição de Aristóteles quanto à possibilidade ou não de reversão do caráter, esta poderá, enfim, ser completamente abandonada. A evidência à qual me refiro consiste em uma passagem de outro texto de Aristóteles onde a possibilidade de reversão do caráter é afirmada de forma tão explícita que qualquer esforço argumentativo adicional torna-se desnecessário. Nas *Categorias*, capítulo 10, ao tratar dos vários sentidos em que o termo “oposição” pode ser utilizado, Aristóteles faz o seguinte comentário:

No caso dos contrários, novamente é possível que ocorram mudanças de um pólo para o outro (...) O homem mau, se conduzido a uma forma de vida e de pensamento melhores, pode conseguir algum avanço, ainda que pequeno; e se ele conseguir melhorar, por menos que seja, é certo que pode mudar completamente ou fazer grandes progressos. Pois um homem, não importa o quão pequena seja sua melhora inicial, torna-se, assim, facilmente mais e mais inclinado para a virtude. É natural, portanto, supor que ele fará progressos ainda maiores do que os conseguidos anteriormente; e, uma vez continuado o processo, este o modificará completamente e o colocará no estado contrário, desde que haja tempo suficiente para isso. (13 a 15-35)

Podemos ver claramente nessas palavras os dois principais elementos de P que foram inteiramente ignorados por Reale/Antiseri e Curren: a possibilidade real de reversão do caráter estabelecido e a necessidade de um longo e lento processo para a efetivação de tal reversão. Esses autores certamente não tomaram conhecimento dessa passagem, pois é difícil imaginar como poderiam afirmar a irreversibilidade do caráter na obra aristotélica caso o tivessem feito. No caso específico de Reale/



Antiseri, o desconhecimento do trecho das *Categorias* aqui citado seria, no mínimo, surpreendente, pois sendo autores de uma história da filosofia e estando comprometidos com a apresentação da totalidade da obra dos principais nomes dessa história (por mais panorâmica que possa ser uma apresentação desse tipo), é de se perguntar como poderiam chegar a escrever um tópico sobre a lógica de Aristóteles sem conhecer diretamente os textos do *Organon*.

Por fim, cabe acrescentar que seria interessante, num virtual trabalho sobre a ética aristotélica, sobre a constituição do caráter em particular, dedicar algumas linhas a explicar pontualmente como é que se opera a reversão do homem vicioso para o homem virtuoso ou, dito de outra forma, explicitar o que é necessário para que um homem seja “conduzido a uma forma de vida e de pensamento melhores” capaz de reverter sua atual forma de vida e pensamento. Ao envolver a correção do caráter dos membros da *pólis*, o tema parece se revelar de grande relevância para a prática política. Nesse sentido, acredito que este trabalho, ao chamar a atenção para a dificuldade de interpretação existente em P e lhe proposto uma alternativa de leitura, tenha contribuído de alguma forma para abrir caminho para a consideração de um aspecto da ética aristotélica que é merecedor de nossa atenção.

[recebido em maio 2004]

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril cultural, 1ª ed., 1973 (Col. “Os pensadores”).
- ARISTOTLE. *Categorias*. Trad. E. M. Edghill. Chicago: The university of Chicago, 3ª ed., 1992 (Col. The great books of western world – Aristotle I, v. 7).
- BREHIER, Emile. *Historia de la filosofía, v. 1*. Buenos Aires: Sudamericana, 1942.
- CURREN, Randall R. *The contribution of Nicomachean Ethics III 5 to Aristotle's theory of responsibility*. History of philosophy quarterly, 6, 3 (1989).
- HUTCHINSON, D. S. “Ethics” in *The Cambridge Companion to Aristotle*.
- MOSTERÍN, Jesús. *Historia de la filosofía – Aristóteles, v. 4*. Madri: Alianza, 1984.
- REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. *História da filosofia (v. 1)*. São Paulo: Editora Paulus, 1990.
- ROSS, David. *Aristóteles*. Trad. Luis F. Bragança. Lisboa: Dom Quixote, 1987.